

FÁBIO ALVES



E-MAIL: FABIO.ALVES@ESTADAO.COM
TWITTER: @COLUNAFABIALVE

A crise hídrica e o PIB

A crise hídrica, que forçou o acionamento das usinas termoeletricas, cuja geração de energia é mais cara, já entrou nos cálculos de economistas e analistas para a inflação de 2021, mas seu impacto sobre o desempenho da atividade econômica no segundo semestre ainda não está sendo estimado.

Por enquanto, o mercado segue no escuro sobre como a crise hídrica vai afetar o fornecimento de energia e, por tabela, os níveis de operação da indústria e de outros setores da economia.

Isso porque, apesar de o governo ter descartado – e os especialistas do setor também consideram a possibilidade baixa – um racionamento de eletricidade, o risco de restrições na

oferta de energia continuará pairando enquanto os níveis de chuva permanecerem abaixo do necessário.

Em relação à inflação, muitos analistas já estão trabalhando com a hipótese de que o patamar 2 da bandeira vermelha – o mais caro para a conta de luz dos consumidores – vai vigorar até o fim do ano. Há até o risco de esse valor ter um acréscimo, diante dos custos adicionais de geração.

A crise hídrica contribuiu para que as projeções de inflação em 2021 subsistem rapidamente nas últimas semanas. Na mais recente pesquisa Focus, o consenso das estimativas aponta para uma alta de 5,90% do IPCA neste ano.

Quanto ao desempenho da atividade econômica, as recentes previsões ainda refletem um otimismo gerado pelo

resultado do PIB do primeiro trimestre deste ano, que cresceu 1,2% ante o último trimestre de 2020, enquanto a projeção do mercado era de alta de 0,70%.

Depois da divulgação do PIB do primeiro trimestre, houve uma rodada de revisões para o resultado de 2021, com as estimativas migrando para um crescimento acima de 5,0%.

Assim, a crise hídrica é um risco de alta para a inflação e de baixa para a atividade econômica. O que os analistas ainda não conseguem mensurar é o quanto uma eventual restrição de ofer-

É duro conter o otimismo justamente quando se avista uma luz no fim do túnel

ta de energia poderá afetar o PIB. Ninguém tem noção precisa de como serão ainda os próximos passos na gestão da crise hídrica pelo governo, incluindo as estratégias para equilibrar consumo e oferta de energia.

De imediato, todavia, é possível dizer que a crescente discussão sobre eventual racionamento de energia elétrica poderá afetar, no curto prazo, a

confiança de empresários e consumidores, o que pode, por tabela, prejudicar o investimento e o consumo.

Outra dúvida: se o preço da energia subir de forma mais drástica, com valores acrescidos às tarifas do patamar 2 da bandeira vermelha, poderia a indústria, por exemplo, reduzir sua produção em razão de o custo mais elevado da eletricidade desestimular a manutenção dos atuais níveis de operação?

O economista-chefe de um grande fundo de investimento explica que o repasse ou não de custos mais elevados da energia dependerá da elasticidade da demanda ao preço. Se for um bem com demanda mais sensível ao preço, como refrigerante, o repasse será menor. Se for um bem com demanda muito inelástica, isto é, menos sensível, como remédios, o repasse será maior.

“Há um risco relevante de a crise hídrica limitar a melhora da atividade para a reabertura da economia prevista para o segundo semestre, com o avanço da vacinação contra covid”, diz Igor Lima, gestor de ações da Trafalgar Investimentos.

Ele afirma ainda não prever decisão explícita de racionamento por parte do

governo, como aconteceu em 2001. “O ajuste poderá acontecer via preços, seja no mercado livre ou nas tarifas de energia, isto é, chegar a um ponto em que o preço da eletricidade poderá ficar tão alto que, para alguns setores da indústria, valerá mais a pena não operar.”

Segundo Lima, as ações de algumas empresas na Bolsa poderão ser afetadas negativamente dependendo de como o governo vai administrar a crise hídrica e a oferta de energia. Além das empresas do próprio setor elétrico, Lima vê também um impacto negativo em indústrias com participação significativa da energia nos custos de produção, como a siderurgia.

Diante das incertezas, é prudente os economistas ainda não levarem em conta as possíveis consequências da crise hídrica sobre o PIB. É duro ter de conter o otimismo justamente quando se avista uma luz no fim do túnel após a pandemia de covid ter causado tanto estrago.

* COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) | TER. Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko (quinzenalmente) | QUA. Fábio Alves | QUI. Adriana Fernandes | SEX. Elena Landau (quinzenalmente) e Pedro Doria | SAB. Adriana Fernandes | DOM. José Roberto Mendonça de Barros (quinzenalmente) e Affonso Celso Pastore (quinzenalmente); Paulo Leme (1º domingo do mês), Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fishlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Dólar fecha em R\$ 4,96, menor valor em um ano

Desde março, com aprovação do Orçamento e trajetória de alta da taxa de juros, moeda americana tem se desvalorizado ante o real

Fabrizio de Castro | BRASÍLIA

Após intervalo de pouco mais de um ano, o dólar voltou a fechar ontem abaixo dos R\$ 5 no mercado brasileiro. A moeda americana à vista encerrou o dia com queda de 1,13%, cotada aos R\$ 4,966. Esse é o menor patamar desde 10 de junho do ano passado, quando valia R\$ 4,935.

Desde maio deste ano, as cota-

ções da moeda americana vêm cedendo no Brasil, em um movimento que de certo modo pode ser considerado tardio. As exportações de commodities (produtos básicos, como minério de ferro e alimentos) estão aquecidas desde o ano passado, na esteira da recuperação econômica pós-pandemia de países como China e Estados Unidos.

Ao vender mais commodities no exterior, o Brasil recebe

mais dólares, o que em tese deveria fazer o preço da moeda recuar. No entanto, o próprio presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, vinha alertando que os preços das commodities estavam subindo com a maior demanda, mas isso não vinha sendo acompanhado por uma melhora no câmbio de países produtores como o Brasil. O fenômeno também havia sido identificado em outros exporta-

dores de commodities como Chile e Colômbia.

No caso brasileiro, um dos motivos para que a moeda americana permanecesse em níveis próximos de R\$ 5,50 era a preocupação do mercado financeiro com a sustentabilidade das contas públicas. A visão era de que, caso o governo não conseguisse organizar seu Orçamento em meio aos gastos extraordinários da pandemia, a moeda americana não recuaria.

“No ano passado, as commodities entraram numa tendência de alta por volta de agosto. Mas tivemos uma dissonância muito grande no mercado de câmbio”, explica José Faria Júnior, diretor da Wagner Investimentos. “As dúvidas em torno do Orçamento para 2021 e da continuidade do auxílio emergencial mantiveram o dólar em alta em boa parte deste ano.”

A aprovação do Orçamento

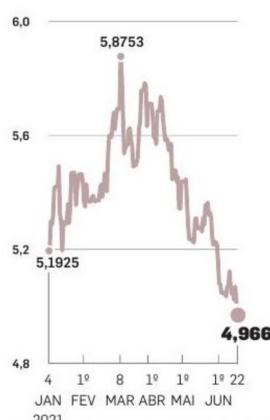
no fim de março reduziu a desconfiança do mercado, pelo menos por ora. Isso abriu espaço para o efeito das commodities ser sentido no preço do dólar.

Ao mesmo tempo, o Banco Central iniciou, em março, o processo de alta da Selic (a taxa básica de juros), para segurar a inflação. Desde então, a taxa saltou de 2% para 4,25% ao ano.

A mudança nos juros teve impacto no câmbio, na visão de alguns analistas. Cálculos do site MoneYou e da Infinity Asset Management indicam que, com os aumentos recentes da Selic, o juro real (descontada a inflação) no Brasil já está no campo positivo, em 1,92% ao ano. No ano passado, em meio à crise provocada pela pandemia, a taxa real se manteve no território negativo por meses. Com juros reais positivos, o Brasil voltou a ser mais atrativo para o capital estrangeiro.

EM QUEDA

Dólar americano EM REAIS



FONTE: BROADCAST | INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Meio ambiente: desafios e recado ao mundo

O setor imobiliário brasileiro acompanha com atenção as preparações mundiais para a 26ª conferência sobre mudanças climáticas (COP), em novembro, no Reino Unido. Os empreendedores formais têm consciência que a pauta ambiental é estruturante. Tudo que interfira no meio ambiente deve obedecer aos paradigmas de preservação, mitigação ou mesmo compensação de eventuais efeitos provocados.

Os avanços obtidos são, por vezes, ofuscados por uma visão distorcida sobre o estágio atual de nossas políticas públicas em execução, especialmente naquilo que é difundido interna e externamente.

O Brasil consolidou instrumentos legais de proteção ambiental. Temos a Lei Federal de Crimes Ambientais (9.605/1998) – tipificando crime contra o meio ambiente ações sem o devido licenciamento –, a Lei da Mata Atlântica, o novo Código Florestal e inúmeras outras normas.

No meio rural, o Código Florestal impôs ao produtor a demarcação de sua propriedade por intermédio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que também determinou aos Estados construir o arcabouço do Programa de Regularização Ambiental para que produtores eventualmente instalados em espaços ambientalmente protegidos possam, conforme o caso, regularizar suas atividades.

No meio urbano, além da proteção de biomas como Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, os novos parcelamentos do solo devem observância às áreas de preservação permanente e de proteção ambiental e às possibilidades de intervenção legalmente definidas.

As atividades urbanas são ainda periodicamente reguladas quanto a emissões de poluentes – gases e efluentes. Quando não cumpridos os ditames ambientalmente aceitos, as operações são simplesmente impedidas.

Então, onde, está concentrada a maior parte dos crimes ambientais? No setor rural, o grande problema está em unidades de conservação ambiental de domínio do poder público. Em São

Paulo, governos estadual e municipal, além do Ministério Público, não conseguem conter ocupações e loteamentos clandestinos, inclusive no entorno das represas Guarapiranga e Billings, ou mesmo de parques públicos ao longo do Rodanel, com custo incalculável para as gerações atuais e futuras.

Assim, quando se quiser debater a construção de uma política pública voltada à construção de um desenvolvimento sustentável, o Brasil não tem de reinventar a roda. Basta dar sequência aos eixos estruturantes já existentes.

E quais são esses eixos? Primeiro, com a aprovação do Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental, que objetive os processos de licenciamento das atividades privadas ou públicas em decorrência das áreas afetadas por esses empre-

endimentos, sem se utilizar disso para quaisquer outras demandas que não se insiram no conceito ESG – Ambiental, Social, Econômico.

Em segundo lugar, com a elaboração de um código ambiental urbano que regule o uso sustentável das cidades e, adicionalmente, o reforço da estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), integrado e com incumbências compartilhadas.

Conforme dados científicos disponíveis, o Brasil preserva mais de 60% do território com cobertura vegetal nativa. Se estamos sendo responsáveis por essa preservação, temos de exigir do mundo uma contribuição para o serviço ambiental prestado. E cabe à sociedade brasileira exigir dos poderes constituídos que informem corretamente as ações de preservação.

Essa é a mensagem às demais nações, que devem remunerar os serviços ambientais que ofertamos ao planeta, com clareza, sistematização científica e acesso universal.

A política ambiental não mais pode se confundir com as políticas do comércio exterior ou narrativas distorcidas. Ao considerar o conceito ESG, em especial no tocante à inclusão social dos mais pobres, a COP-26 cumprirá seu compromisso.

“O Brasil deve exigir do mundo uma contribuição para o serviço ambiental que presta ao planeta.”

Caio Portugal, presidente da Aelo e vice-presidente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Secovi-SP

Rua Doutor Bacelar, 1043 - Vila Mariana - São Paulo - SP
(11) 5591-1300 | www.secovi.com.br



Tempo. Pedido de Bolsonaro pode atrasar finalização do projeto, que era esperada para hoje

Equipe econômica estuda elevar isenção do IR para R\$ 2,5 mil

Uma das alternativas em análise é não dar o mesmo percentual de correção para todas as faixas da tabela

Adriana Fernandes | BRASÍLIA

Concentrada nos últimos detalhes do projeto do Imposto de Renda, a equipe econômica está tendo de fazer novas simulações para alterar a proposta e subir de R\$ 2,4 mil para R\$ 2,5 mil por mês a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Hoje, quem ganha até R\$ 1,9 mil mensais está isento.

Vários cenários estão sendo considerados, com arranjos distintos, para atender à demanda do presidente Jair Bolsonaro. Segundo técnicos da Receita Federal envolvidos na elaboração das simulações, uma das propostas é não dar o mesmo percentual de correção para todas as faixas da tabela do IRPF. Hoje, elas são de 7,5% (para ganhos entre R\$ 1,9 mil e R\$ 2,8 mil), 15% (de R\$ 2,8 mil a R\$ 3,7 mil), 22,5% (de R\$ 3,7 mil a R\$ 4,6 mil) e 27,5%

(acima de R\$ 4,6 mil).

A medida diminuiria o tamanho da perda de arrecadação e impediria que contribuintes com maior renda no final da tabela (alíquota de 27,5%), por exemplo, fossem muito beneficiados pela medida. Isso porque as alíquotas não são cobradas integralmente sobre os rendimentos. Quem ganha R\$ 4 mil por mês, por exemplo, não paga 22,5% sobre toda a parte tributável do salário. Os “primeiros” R\$ 1.903,98 são isentos. O que passar desse valor, e não superar os R\$ 2.826,65, é tributado em 7,5%. E assim sucessivamente.

Uma das críticas de uma correção da tabela geral na mesma proporção é a perda de arrecadação grande num cenário de restrição fiscal. Além disso, a medida não aumenta a chamada pro-

• **Rendimentos 20%** é a tributação sobre lucros e dividendos que está sendo proposta pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, além de uma faixa de isenção de R\$ 20 mil por mês

gressividade (o que faria com que quem ganha mais pagasse proporcionalmente mais) do sistema tributário brasileiro. Por outro lado, um dos riscos é não atender inteiramente à promessa do presidente de agradar à classe média.

Fontes informaram que está próxima a decisão que será incluída na proposta, mas é provável que o texto não seja finalizado hoje como queria o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL).

Pressão. O projeto deve manter a isenção dada hoje sobre o ganho das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA). A equipe econômica defende o fim da isenção, mas a pressão política e do mercado tem sido grande para mantê-la. Até o momento, prevalece a proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, de taxar a tributação de lucros e dividendos com 20% e uma faixa de isenção de R\$ 20 mil por mês e o fim do chamado Juros sobre Capital Próprio (JCP). Esse instrumento é uma forma de as empresas remunerarem seus investidores que pode ser abatida como despesa fazendo a empresa pagar menos IR.

A proposta prevê uma redução da alíquota do IR das empresas de 25% para 22,5% em 2022. Em 2023, a alíquota cai mais, para 20%. Também haverá tributação dos fundos fechados exclusivos usados para investimentos dos super-ricos.